



COMENTÁRIO

Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-6

<https://doi.org/10.31447/44069> | e44069

ANTÓNIO COSTA PINTO

“D” de democratizar: para além da “transitologia”?

A 25 de abril de 1974, um golpe militar pôs fim a quatro décadas de ditadura em Portugal. Com escassa pressão pró-democratizadora e ocorrido durante a Guerra Fria, o golpe conduziu a uma grave crise de Estado, acentuada pela sobreposição dos processos de transição democrática e de descolonização do último império colonial europeu. Algumas das características da transição portuguesa para a democracia – particularmente o papel dos militares, a crise do Estado e a dinâmica dos movimentos sociais – foram, no entanto, difíceis de integrar no estudo comparado dos processos de democratização da terceira vaga. Não admira, portanto, que a primeira literatura comparada sobre a “terceira vaga” tenha feito de Portugal um caso peculiar, centrando-se quase sempre no difícil caminho percorrido para a consolidação democrática.

Em comparação com outras democracias do Sul da Europa, a característica mais evidente da democratização de Portugal durante os anos 1970 foi o seu carácter de rutura com o regime autoritário anterior, associado a uma crise de Estado. Com a transição marcada por uma tentativa radical e incerta de eliminação total da herança do autoritarismo, que por si só resultou em mais um legado para a consolidação da democracia, o processo de mudança de regime desencadeou uma grave crise de Estado no seguimento do golpe militar de 1974. O facto de os processos de democratização e descolonização ocorrerem simultaneamente foi o aspeto mais importante da crise. A questão da descolonização foi o principal fator no conflito que eclodiu logo após o colapso do regime entre alguns generais conservadores e o Movimento das Forças Armadas (MFA), que tinha planeado e executado o golpe.

Um olhar transversal sobre os estudos da democratização portuguesa revela-se um exercício mais complexo do que noutros casos da terceira vaga, pois, pelas suas características, aquela mobilizou um campo de investigação mais vasto e interdisciplinar. Em abril de 1974, os modelos disponíveis para emulação por parte dos principais atores políticos nacionais eram os das democratizações da “segunda vaga”, ocorridas após 1945, quando as “transições

pactuadas” ou “transições por transação” ainda não tinham sido inventadas. O que aconteceu em Portugal, em 1974, foi uma “transição por rutura” e militarmente tutelada, que não foi apenas uma rutura política e institucional com o regime autoritário, mas foi também, sobretudo a partir de 1975, uma tentativa de promover um modelo económico e social alternativo ao capitalismo. A combinação (ou sobreposição) de todos estes fatores (democratização, descolonização, mudanças radicais na estrutura económica e social) aumentou a incerteza sobre o desfecho do processo de transição. Em resultado, a mobilização teórica e empírica das ciências sociais foi muito além da “transitologia” da ciência política e, dada a sua característica inicial de crise pré-revolucionária, mobilizou maior diversidade analítica e disciplinar.

A democracia portuguesa celebrou 50 anos e as ciências sociais também deveriam celebrar, não apenas por a democracia dever ser sempre celebrada, e aqui os pleonasmos são bons, mas porque o seu desenvolvimento também está a ela associada. Qualquer análise comparada do salazarismo com outras ditaduras contemporâneas, aliás bem comprovada pela história do atual Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o demonstra. A longevidade da ditadura e o seu carácter mais conservador provocaram um atraso muito significativo das ciências sociais, mesmo quando comparado com a vizinha ditadura franquista.

No caso da ciência política, ainda mais do que na sociologia, como sublinha Marco Lisi no seu artigo, o 25 de Abril surpreendeu um pequeno grupo de cientistas políticos norte-americanos, na sua maioria brasilianistas, que literalmente correram para Portugal, como é verificável pelas citações iniciais dos três artigos deste “dossiê” (Schmitter, 1989; Bruneau, 1986). A sua consolidação esteve, pois, estritamente associada ao processo de democratização iniciado com a Revolução de 1974 e, como sublinha Marco Lisi, “a dupla perspetiva – de análise institucional das novas estruturas democráticas e de compreensão crítica do regime anterior – revelou-se fundamental para o desenvolvimento da ciência política portuguesa, caracterizando-a por um enfoque histórico e multidimensional”. A segunda marca distintiva foi também a de ter uma dimensão interdisciplinar mais forte.

O estudo dos movimentos sociais da transição, das formas de participação política, e das lutas rurais e urbanas em 1974 e 1975, também conheceu forte atração da parte de cientistas sociais internacionais; mas aqui, arrisco a escrever, a sua interação com estudiosos e ativistas portugueses foi mais significativa (Ferreira, 1975; Downs, 1989; Hammond, 1989; Pinto, 2013). Nesta perspetiva, a consolidação democrática foi também um processo de “desmobilização” política e social, com episódios conjunturais de mobilização, como o dos protestos “antiausteridade”, aqui analisados por Tiago Carvalho. Como

escreve Carvalho, “se, historicamente, Portugal se tem distinguido por baixos níveis de participação, e uma cultura política marcada pela desafeição, os protestos antiausteridade trouxeram mudanças importantes”, estando, no entanto, “tendencialmente associadas a classes sociais com maiores recursos culturais”, ao contrário do que aconteceu com a mobilização política de 1974-1975.

Ao abordar a questão urbana, Ana Drago destaca dois conceitos que já marcavam a literatura sobre a democratização: *desigualdade* e *desordenamento*, perguntando-se: “Se a privação habitacional urbana foi um mote mobilizador no pós-25 de Abril, porque é que a demanda de ‘democratizar’ a habitação pareceu fraquejar no período democrático?”. De facto, como escreve Drago, após a democratização, “o principal traço das políticas de habitação [...] é a incapacidade do novo regime para desafiar as relações de propriedade fundiária. O mercado dos solos, já ‘liberalizado’ no Estado Novo e com oferta para diferentes agentes (urbanizadores, ‘clandestinos’, etc.) permaneceu praticamente intocado pelos ventos da transição”.

Em geral, os artigos desta secção remetem, portanto, para o processo de mudança política, económica e social que marcou a transição portuguesa e o seu impacto no olhar das ciências sociais. De facto, a ligação destas últimas à democracia foi, porventura, mais profunda do que noutros processos de mudança política da chamada “terceira vaga” e o seu próprio desenvolvimento ficou indissociavelmente ligado à consolidação democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNEAU, T. C. (1986), *Politics in Contemporary Portugal: Parties and the Consolidation of Democracy*, Boulder, CO, Lynne Rienner.
- DOWNS, C. (1983), “Residents’ commissions and urban struggles in Revolutionary Portugal”. In L. S. Graham, D. L. Wheeler (eds.), *In Search of Modern Portugal. The Revolution and Its Consequences*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 151-179.
- DOWNS, C. (1989), *Revolution at the Grassroots: Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Nova Iorque, State University of New York Press.
- FERREIRA, V. M. (1975), *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política: A Intervenção do SAAL em Lisboa*, Porto, Edições Afrontamento.
- HAMMOND, J. L. (1989), *Building Popular Power: Worker’s and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- PINTO, P. R. (2013), *Lisbon Rising. Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*, Manchester, Manchester University Press.
- SCHMITTER, P. C. (1999), *Portugal. Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Recebido a 29-04-2025. Aceite para publicação a 19-06-2025.

PINTO, A. C. (2025), *Comentário “‘D’ de Democratizar: Para além da ‘transitologia?’”. Análise Social*, 257, LX (4.º), e44069. <https://doi.org/10.31447/44069>.

António Costa Pinto » acpinto@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-3478-1795>.
